

SUMÁRIO

NOTA À 11.ª EDIÇÃO	5
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO	7

PARTE I – INTRODUÇÃO

Capítulo I – Invalidade e ineficácia dos atos processuais

1. Formas e atipicidade dos atos processuais	17
2. Atos inexistentes, irregulares e nulos: nulidade absoluta e relativa	18
3. A invalidade do ato sob a ótica do procedimento	20
Bibliografia	20

Capítulo II – Os princípios constitucionais e a ineficácia dos atos processuais

1. A atipicidade constitucional e as sanções para o descumprimento do preceito	21
2. O preceito constitucional com relevância processual como norma de garantia	21
3. A ineficácia dos atos processuais inconstitucionais: atos juridicamente inexistentes e atos nulos	22
Bibliografia	23

Capítulo III – Sistema de nulidades no processo penal

1. Critérios para a decretação da nulidade	24
2. Princípio do prejuízo	25
3. Demonstração do prejuízo	26
4. Efeitos da decretação da nulidade: princípio da causalidade	27
5. Princípio do interesse	28
6. Princípio da convalidação	29
7. Convalidação do ato irregular: regras especiais	31
8. A decretação da nulidade. A Súmula 160 do STF	33
9. Instrumentos processuais para a decretação das nulidades	34
Bibliografia	35

PARTE II – VÍCIOS PROCESSUAIS

Título I – JURISDIÇÃO

Capítulo IV – Jurisdição e competência

1. Conceito	37
-------------------	----

2. Tipos de competência. Fontes.....	37
3. Competência absoluta e relativa	38
4. O juiz natural como princípio inerente à jurisdição.....	39
5. O juiz natural e suas garantias.....	40
6. O princípio do juiz natural no direito brasileiro.....	41
7. O conteúdo da garantia do juiz competente no Brasil	42
8. A garantia do juiz competente: o art. 567 do CPP	42
9. A inexistência da sentença nos casos de incompetência constitucional	43
10. Competência territorial: arts. 108, 109 e 567 do CPP.....	45
11. A garantia do juiz competente: a superveniência da Justiça especializada.....	46
12. A garantia do juiz competente: a superveniência da competência por prerrogativa de função.....	47
13. A garantia do juiz competente: Juri e competência funcional por prerrogativa de função. Outros aspectos da competência por prerrogativa de função	48
14. A competência da Justiça Militar	51
Bibliografia	54

Título II – AÇÃO E DEFESA

Capítulo V – Condições da ação e condições de procedibilidade

1. Conceito	55
2. As condições da ação no processo penal	56
3. A possibilidade jurídica no processo penal	57
4. Impossibilidade jurídica: a falta de justa causa	58
5. As chamadas condições de procedibilidade	60
6. As condições de procedibilidade também se enquadram na possibilidade jurídica. Representação do ofendido e requisição do Ministro da Justiça	60
7. Mais um caso de possibilidade jurídica: a entrada do agente no território nacional	61
8. Segue: admissão, pela Câmara dos Deputados, da acusação contra o Presidente da República para ser processado por crimes comuns	62
9. Segue: trânsito em julgado da sentença que, por motivo de erro ou impedimento, anule o casamento	62
10. Segue: a decisão definitiva no processo administrativo de lançamento como requisito para o exercício da ação penal nos crimes tributários.....	62
11. O interesse de agir no processo penal.....	63
12. A legitimidade no processo penal	65
13. A problemática da ação nos crimes complexos	66
14. O formalismo da representação	67
Bibliografia	68

Capítulo VI – O direito de defesa

1. A defesa como garantia constitucional.....	69
---	----

2. As garantias da defesa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos	69
3. Defesa técnica e autodefesa	71
4. O direito de defesa e as nulidades	73
5. O interrogatório como autodefesa. O direito ao silêncio	75
6. O direito ao silêncio e seu pleno exercício	76
7. Infringência ao direito ao silêncio. Consequências	77
8. A presença do defensor no interrogatório	78
8a. As reperguntas das partes no interrogatório	79
9. O momento do interrogatório	80
9a. O interrogatório por videoconferência. A Lei 11.900/2008	81
10. Colidência de defesas	84
11. Colidência de defesa técnica e de autodefesa	84
Bibliografia	85

Título III – PROCESSO E PROCEDIMENTO

Capítulo VII – A instauração do processo penal

1. As formas de instauração do processo penal	87
2. A inexistência da denúncia ou queixa	88
3. A imputação omissa ou deficiente	90
4. O erro na identificação do acusado	92
5. Formalidades secundárias	93
6. A procuração na queixa	94
Bibliografia	95

Capítulo VIII – A citação e demais atos de comunicação processual

1. Generalidades	96
2. Citação: conceito e espécies	97
3. Citação por mandado: formalidades	99
4. Citação do réu preso: necessidade do mandado	100
5. Citação do réu no estrangeiro	101
6. Citação por edital: natureza e hipóteses	101
7. Citação por edital: réu não localizado	102
8. Citação por edital: requisitos intrínsecos	103
9. Citação por edital: publicidade	104
10. Citação por edital: contagem do prazo	105
11. A nova hipótese de citação ficta no processo penal: com hora certa	106
12. Intimações: requisitos formais e invalidade. A contagem do prazo (Súmula 710 do STF)	107
13. Intimação da sentença: problemas especiais	110
Bibliografia	110

Capítulo IX – A instrução probatória

Seção I – Direito à prova

1. A prova: conceito e classificação	112
2. O direito à prova no quadro do contraditório	113
3. A presença do juiz como condição de validade das provas	115
4. A presença das partes como condição de validade das provas	116
5. Da prova emprestada	117
6. Direito à valoração das provas	118
Bibliografia	119

Seção II – Provas ilícitas

1. Limites ao direito à prova	121
2. Método probatório e legalidade na disciplina da prova	122
3. O equívoco da “verdade material” como liberdade absoluta do juiz penal	122
4. Provas ilícitas. Colocação do tema	124
5. As provas ilícitas: limites do tema	126
6. A inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos	126
7. A teoria da proporcionalidade	127
8. Teoria da proporcionalidade e prova ilícita <i>pro reo</i>	127
9. Provas ilícitas por derivação	128
10. A inadmissibilidade das provas ilícitas no direito brasileiro	129
11. As balizas da regra de exclusão da Constituição brasileira	131
12. A consequência da admissão da prova ilícita: sua ineficácia	135
Bibliografia	137

Seção III – Prova pericial

1. A relevância da prova pericial	138
2. As nulidades referentes aos peritos	139
3. O exame de corpo de delito e outras perícias	140
4. A participação das partes na realização das perícias	142
Bibliografia	145

Seção IV – Prova testemunhal

1. Considerações gerais	146
2. O direito de arrolar testemunhas, substituí-las ou delas desistir	146
3. O direito à oitiva das testemunhas arroladas	148
4. O direito à participação na audiência	149
Bibliografia	154

Seção V – Outras provas

1. Considerações gerais	155
2. Do reconhecimento de pessoas ou coisas	155
3. Documentos	158
4. Busca e apreensão	160
Bibliografia	163

Seção VI – Interceptações e gravações

1. Meios eletrônicos de captação da prova	164
2. Interceptações telefônicas autorizadas. Natureza jurídica	165
3. Interceptações telefônicas: documentação e valor probante	166
4. As interceptações telefônicas no Brasil: os antecedentes	166
5. As interceptações telefônicas no regime brasileiro atual	167
6. O regime legal das interceptações telefônicas: a Lei 9.296, de 24.07.1996	170
7. Interceptações entre presentes (ou interceptações ambientais)	184
8. As gravações clandestinas	186
Bibliografia	188

Capítulo X – As alegações e os memoriais

1. Generalidades	189
2. Falta de alegações ou memoriais no procedimento comum ou inobservância dos prazos	190
3. Deficiência das alegações ou dos memoriais	191
4. Alegações na primeira fase do júri	193
5. Inversão na ordem de oferecimento das alegações	193
Bibliografia	194

Capítulo XI – Sentença

1. Vícios da sentença: generalidades	195
2. Vícios da sentença: o nome do acusado	196
3. Vícios da sentença: exposição sucinta da acusação e da defesa	197
4. Vícios da sentença: a motivação	198
5. Vícios da sentença: a indicação do artigo de lei. O dispositivo	201
6. Vícios da sentença: a data e a assinatura do juiz	202
7. A individualização da pena	202
8. Valor mínimo da reparação do dano	206
9. Correlação entre acusação e sentença	207
10. Art. 383 do CPP	207
11. Art. 384 e parágrafos do CPP	209
12. Outros problemas de correlação entre acusação e sentença	212
Bibliografia	214

Capítulo XII – Recursos

1. Limites do tema	215
2. O juízo de admissibilidade: condições e pressupostos dos recursos	216
3. Regularidade procedimental e nulidades	218
4. A regularidade do processamento dos recursos	218
5. Validade da renúncia e desistência	219
6. Alguns procedimentos recursais no juízo <i>a quo</i> : recurso de ofício	220
7. Segue: recurso em sentido estrito	221
8. Segue: apelação	223
9. Segue: embargos de declaração	225
10. Segue: correição parcial, no Estado de São Paulo	228
11. Alguns procedimentos recursais no juízo <i>ad quem</i> : recurso em sentido estrito e apelação	228
Bibliografia	231

Capítulo XIII – Procedimento comum
e procedimentos especiais

1. Procedimento: generalidades	232
2. Os procedimentos do CPP e leis especiais	232
3. Irregularidades procedimentais	235
4. Nulidades em procedimentos especiais: crimes de responsabilidade de funcionário público	238
5. Nulidades em procedimentos especiais: crimes contra a honra	241
6. Nulidades em procedimentos especiais: crimes contra a propriedade imaterial	241
7. Nulidades em procedimentos especiais: crimes falimentares	242
8. Nulidades em procedimentos especiais: crime relativo a drogas	244
9. Procedimento do Júri: características essenciais	248
10. Nulidades no procedimento do Júri: pronúncia	249
11. Segue: libelo e entrega da respectiva cópia (formalidades suprimidas pela Lei 11.689/2008)	251
11a. Segue: o desaforamento. A Súmula 712 do STF	251
12. Segue: intimações para a sessão de julgamento	252
13. Segue: presença, sorteio e incomunicabilidade dos jurados	253
14. Segue: acusação e defesa na sessão de julgamento	255
15. Segue: quesitos	256
Bibliografia	259

Título IV – PROCESSO CAUTELAR

Capítulo XIV – Prisão cautelar e liberdade provisória

1. Natureza e requisitos das medidas cautelares	261
2. Espécies de prisão cautelar	262

3. Princípios constitucionais sobre a prisão cautelar	263
4. As garantias da liberdade pessoal na Convenção Americana sobre Direitos Humanos	264
5. Prisão em flagrante: suas formalidades como garantia	265
6. Formalidades da prisão em flagrante: competência da autoridade	266
7. Segue: condutor e testemunhas	266
8. Segue: interrogatório	268
9. Segue: a nota de culpa	269
10. Segue: comunicação ao juiz competente, relaxamento e concessão de liberdade provisória	269
11. Segue: comunicação à família; assistência da família e de advogado	271
11a Segue: comunicação à Defensoria Pública (Lei 11.449/2007)	272
12. Prisão preventiva: a exigência de motivação	272
13. Prisão preventiva na fase de pronúncia	275
14. Prisão preventiva na sentença condenatória recorrível	276
15. Prisão temporária	277
Bibliografia	278

Título V – PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo XV – A execução penal

1. A jurisdicionalização da execução penal.....	281
2. Evolução do sistema brasileiro.....	283
3. A Lei de Execução Penal: linhas gerais.....	283
4. Procedimento	284
Bibliografia	287
BIBLIOGRAFIA GERAL	289
OBRAS DOS AUTORES NA RT.....	299